



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 6ª Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, requerida no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, para discutir o tema: Abuso e exploração sexual e digital de crianças e adolescentes. Sessão realizada no Plenário Senador Humberto Lucena, da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 10 dias do mês de setembro de 2025.

Composição da Mesa

Presidente

Vereadora Eliza Virgínia

Primeiro-Secretário

Vereador Wamberto Ulysses

Demais componentes

Soraya Escorel – Promotora de Justiça da Infância e da Juventude;

Ivete Arruda – Promotora de Justiça da Infância e da Juventude;

Piragibe Lucena – Conselheiro Tutelar;

José Gerardo – Defensor Público.

Lista de vereadores presentes

Vereador Marcos Henriques

Lista de participantes em plenário

Gerlane Mamede, José Geraldo, Elza Regis, Raquel Sodré, Raiane Maíra, Antônia Manuela, Natália Pereira, Camila Cristina, Maria do Socorro Morato, Vanessa Veloso de Sá, Gerlane Patrício Magliano, Simone Teixeira, Joice da Costa Farias, Lúcia Maria dos Santos, Raiane Melo, Soraia Nóbrega, Denise Barcelos, Soraia de Aquino Fernandes, Olivaldo, Sheshy Vieira, Amanda Alves Moura, Antônio Carlos Veloso Correia, Suenia Galdino Justino da Costa, Tais Cristina da Nóbrega, Renato Lucena, Polínia Niagra, Renata Almeida, Anicleide Ferreira Pereira, Vinícios Fernandes de Araújo, Débora Simone Moreira, Cláudio Eduardo Brasileiro, Iran Alvez

Às 10h30 horas, a Sr.^a Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão e convido a Sr.^a Cátia Costa para ler o texto bíblico”. Após isso, a Sr. Presidente, vereadora Eliza Virgínia, passou a palavra ao Sr. vereador Wamberto Ulysses, que registrou o seguinte documento de expediente em mesa: **REQ - Sessão Extraor. Solene, Especial e Secreta nº 102/2025**, que solicita esta sessão. Logo após, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia convidou o Sr. vereador Marcos Henriques para



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ocupar a Presidência enquanto se dirigiu à tribuna para proferir seu discurso de justificativa da propositura. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** disse: “No início do meu mandato essa pauta era muito presente. A gente produziu bastante leis, produzimos enfrentamento. Nós fizemos quando meu pai era vivo, meu pai Nivaldo Manoel, deputado, a gente fazia muitas campanhas, fizemos bicicletada contra pedofilia, fizemos caminhadas, eu lembro muita coisa. Cátia trabalhava comigo na assessoria, a gente fez muita coisa. E eu lembro que eu operada, cirurgiada com menos de 15 dias, eu subi num trio. E eu subi no trio, meu pai me ajudou, mas não deu muito certo, quando cheguei em casa, morrendo de dor, aí eu liguei para doutor, para o meu médico, digo: "Doutor, tem um remedinho aí?", ele disse: "Eliza, eu estou assistindo aqui o jornal da Paraíba. E eu tô vendo uma pessoa aqui em cima do trio. Isso é você?". Eu digo, "Sou eu?", aí ele disse: "Eu não acredito nisso não. Jamais você poderia ter subido nesse trio". Digo, “Doutor, mas eu tava com Dom Aldo Pagotto, a gente tava contra a pedofilia, a gente tava levantando a bandeira”, ele “justamente não podia levantar”. E aí ele me passou o remédio, eu melhorei, o resultado não ficou tão bom, mas... Gente, é que esse tema, eu acho que para todos nós que estamos aqui, que fazemos parte dessa rede de enfrentamento em defesa da criança e do adolescente, é um tema que é apaixonante, que a gente não escolhe dia e nem momento. A gente vai passar um vídeo agora do momento que o Brasil parou”. A Presidente passou vídeo do Youtuber Felca, depois disse: “Isso aí aconteceu o quê? Um mês atrás, mais ou menos, né? E quanto tempo a gente já bate em cima? Dr. Ivete, quanto tempo? Mas todo mundo parece que porque mudou o nome de sexualização precoce, sexualização infantil para adultização, que era um termo pouco conhecido, todo mundo virou protetor das crianças. Tudo bem. Graças a Deus. Quantas leis foram feitas, lei Felca, em vários lugares. Eu também, inclusive nós aqui, eu, vereador Marcos Henrique, Wamberto, vários vereadores fizeram praticamente a mesma lei. Só que eu não coloquei na minha, eu não botei lei Felca, eu coloquei PEA, proteção contra adultização de crianças e a gente está juntando as ideias para fazermos nossa lei municipal. Só que olha o que nós temos de leis aqui na Câmara, gente. Todos os vereadores dessa Câmara. E eu vou citar algumas antes de eu colocar minha fala. Dinho, dispõe sobre medida de proteção e conscientização. Coronel Sobreira, que não é mais vereador, institui o plano de ação destinado às crianças e adolescentes em situação de orfandade. Tarcísio Jardim, protocolo de acompanhamento de investigação de crianças e adolescentes. Carlão, dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes às danças que aludam a sexualidade precoce. Zezinho Botafogo, Bruno Farias, Damásio Franca Neto, Tibério Limeira, Raissa Lacerda. Todos os vereadores, nós temos leis. O problema é que às vezes as leis não são cumpridas, porque eu acho que o Brasil é o campeão em legislação no mundo. Mas em maio, especificamente em maio, eu fiz a seguinte denúncia nessa Casa”. A Presidente passou vídeo sobre o dia nacional de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, fazendo denúncia para que o influenciador Hytalo Santos fosse investigado, depois continuou o discurso: “Então, isso aí foi em maio. E vocês acham que é fácil para quem é do local apresentar algo, falar algo dessa natureza? Quantos telefonemas eu não recebi? Quantos encontros não quiseram fazer comigo para deixar disso? Abafa, não coloca porque vai atingir fulano, porque vai atingir cicrano. Outro dia eu estava num local e me disseram “Eliza, aqui era uma casa de prostituição infanto juvenil, só entra menininhas,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

com certeza menores de idade e a gente está procurando saber mais porque está em segredo de justiça. E a Polícia Federal fez uma batida e fechou, graças a Deus”. Mas não é só fechar, tem que ir atrás dos culpados. E aí aconteceu todo esse boom, em maio repercutiu bastante, foi a nível nacional também e principalmente em sites de fofoca, porque ele é meio que artista. Só que quando eu estive como deputada federal em 2022, eu fiz a segunda alteração no Estatuto da Criança do Adolescente, que ainda não está aprovada porque na Câmara Federal demora muito aprovar, para você aprovar é um verdadeiro milagre você aprovar alguma lei sua. E eu coloquei o seguinte: Altera a lei 8069 de 13 de junho de 90, que é o Estatuto da Criança do Adolescente, o artigo 241E da Lei 8064 do Estatuto da Criança passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo: ‘o disposto no capt. compreende também a conduta que a pretexto de ser artística, leve a criança ou adolescente menor de 14 anos a realizar ainda que vestida, movimentos sensuais independentes da consciência, do caráter erótico, do comportamento ou mesmo do seu consentimento’. Este artigo é aquele que coloca de 3 a 4 anos de cadeia. Então, eu coloquei isso aqui e eu baseei, eu tive essa ideia nessa lei por quê? Porque um certo cantor, chamado Wesley Safadão, lançou sua música, uma música bem obscena, bem picante, e para promover a sua música fez uma dancinha nas suas redes sociais com sua filha de 8 anos e maceta aqui, maceta aqui, senta ali, bota ali, vem aqui, faz aqui, beba aqui. Gente, o que é que é isso? Quando eu escutei a letra da música, que muitas vezes as pessoas não observam a letra, vai só no batuque, na batida, no ritmo. E eu digo, como é que um pai coloca sua própria filha, se acontecer o que ele está dizendo na música com ela, ele vai gostar? Parece que perde a noção. A ânsia por likes e dinheiro e fama. Não é só ele não. O filho de Tiririca, Tirulipa, aquela menina dança músicas sensuais eróticas, músicas obscenas que não é para criança. Vamos mais um pouquinho para trás na nossa idade, de adolescente. Xuxa Meneghel, na boquinha da garrafa. Não é a mesma coisa? Mesma coisa. Quantas crianças dançando na boquinha da garrafa e todo mundo aplaudindo, achando bonitinho. Eu tive uma conversa com uma assessora de Hytalo Santos, não vou dizer o nome, ‘Eliza, eu no começo me chocava, mas quando eu fui para periferia olhar onde aquelas meninas moravam antes, é normal, é corriqueiro. Todas elas se vestem daquele jeito e todas elas dançam aquilo dali’. Mas por que todo mundo faz é sinal que está certo? Porque as pessoas assassinam as outras, então a gente vai permitir que isso aconteça normalmente? Digo, mas tá errado, querida. ‘Não, Eliza, mas ele ajuda muito’. É, comprando os pais, dando cala boca. Logicamente que viviam em vida ruim demais e agora vivem no luxo. Agora manda fazer uma conta de matemática, não sabe nem o que é 2 mais 2. Engravida. Em que circunstâncias foram esses dois abortos? Ninguém questiona. É muito estranho duas meninas jovens, saudáveis, abortarem, perderem os bebês do nada. Como está essa investigação? Então, que essa audiência sirva, além da gente avaliar tudo isso que a gente está vendo, que logicamente não vai dar tempo, que a gente possa levar alguns encaminhamentos para fazer acompanhamentos das investigações que está acontecendo, como foi o aborto dessas meninas, foi um aborto espontâneo ou foi provocado? Quem fez, aonde fez? Não estou dizendo nada, mas a gente precisa saber. Porque para quem tem dinheiro é fácil provocar um aborto, praticamente você não tem consequências, se for bem feito. Só a consequência moral, psicológica. E mesmo assim ainda tem porque a militante número um do Brasil, feminista,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

que é muito a favor do aborto, foi fazer um aborto na Argentina e morreu. Aborto legal, meu corpo, minhas regras, só que não, não é o corpo da pessoa. Então tudo isso, gente, feito para adultos é horrível, imagine em crianças. Ah, então vamos prevenir. A prefeitura de Fortaleza quer aplicar hormônio anticoncepcional em crianças de 10 anos de idade para não engravidar. Ah, tá. O estado falhou, já que a gente não pode romper com essa questão da adultização, da erotização, das musiquinhas nas escolas, então a gente previne pelo menos para elas não engravidarem, não ter que abortar depois. A vacina contra HPV para 9 anos há um tempo atrás. E tudo isso para promover e para deixar assim. Então aqui a gente tem representante de escola, diretoras de creche. Eu tenho uma amiga minha que disse: "Eliza, eu peguei uma menininha de 3 anos com outro menininho de três anos embaixo da mesa querendo fazer o que o adulto faz. Isso me chocou muito". Mas por quê? Porque vê em casa, porque vê em filmes. A criança já vai crescendo com aquele costume, acha que é normal, acha que é bonitinho, acha que é brincar. A criança não tem culpa. Então assim, vamos ouvir para que a gente possa saber por onde a gente continua. Já que a gente tem lei, temos lei, precisa da internet estão querendo agora, por conta de tudo que está acontecendo, estão querendo reprimir a internet porque acham que isso vai ser a solução. Mas a internet não é para a criança ter rede social, não é para a criança pegar em celular, ter TikTok, ter Instagram. Então, a lei de fora está funcionando mais do que a lei de casa. Então, os pais hoje terceirizam a educação da criança e querem se ver livre do aperreio da criança, de ter que dar atenção à criança, dar um celular, dar um TikTok. Olha o problema onde está, né? Então, para que a gente possa discutir essas questões aqui, nós, abrimos a Câmara hoje para fazer esse debate e que a gente possa sair daqui com alguns encaminhamentos e fazer mais alguma coisa, porque todos aqui com certeza fazem já muito". Dando sequência, o Sr. Presidente facultou a palavra aos convidados. Discursaram: **A Sr.^a Ivete Arruda** disse: "Bom dia a todos, primeiro, agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, porque sem que Ele decidisse esse dia e esse momento, nós com certeza não estaríamos. Então, já louvando pela palavra que ouvimos e dizer que a honra e a glória é sempre Dele. Meu nome é Ivete Arruda, eu sou titular da 36^a Promotoria de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente, e em especial, a área infracional, e nós nessa área trabalhamos também a proteção porque o nosso adolescente infrator, ele também precisa de proteção, de cuidado e do abraço. E antes de continuar com a minha fala, eu abraço a vereadora Eliza, e no nome dela, eu saúdo os vereadores aqui presentes, Doutora Soraya Escorel, minha amiga, minha irmã, parceira na luta pela criança e pela adolescente, na pessoa de quem eu saúdo todos os operadores de direito que estão aqui, todos os que estão aqui representando a Defensoria Pública, eu abraço vocês e esse abraço é extensivo a Doutora Madalena Abrantes, nossa amiga, também parceira. Todos os que estão presentes, o Conselho Tutelar que é esse parceiro imprescindível para que tudo flua, aqueles que estão aqui representando a educação, aqueles que fazem assessoria dessa Câmara, mas é em nome de Dr.^a Amanda e de Dr. Renan que eu saúdo todos os que fazem assessoria, seja legislativa ou seja na área do Direito, porque sem vocês fica difícil a gente trabalhar. Meu abraço à Polícia Militar na pessoa do Sargento Olivaldo, que faz a nossa assessoria militar e também é pastor e também faz a nossa cobertura espiritual, isso também é de muita valia. Eu ouvia com zelo, com cuidado, a fala da amiga Eliza, que também é nossa irmã, e eu



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

caminhava com ela fazendo esse retrocesso e voltando no tempo, e tudo começa lá trás quando a televisão abre a porta e escancara a porta desses programas de auditório, como já foi citado aqui, a Xuxa Meneghel, as dancinhas eróticas ali trazidas por grupos baianos, a dancinha da boca na garrafa, tudo isso é erotização, tudo isso é trazer a criança para o mundo adulto e fazê-la enxergar que tudo aquilo é muito natural e que não tem nada demais. E na verdade, essa adultização, uma palavra tão bonita, tão elegante, nada mais é do que fazer com que essas etapas, essa etapa da vida dessa criança seja cortada, seja arrancada, seja extirpada dela, levando-a de criança para um adulto com vida sexual ativíssima, porque existe a diferença entre você ter vida sexual ativa e você ter uma vida sexual ativíssima com a mudança de parceiros de maneira tão normal, em que um adolescente hoje vai para uma balada, ela fica com um cidadão no começo da noite, no meio da noite ela está com outro parceiro, no fim da noite ela está com outro parceiro, e na manhã do dia seguinte ela não sabe com quem ficou, e se sabe, faz questão de esquecer. Então, para nós que vivemos e acompanhamos essa evolução ruim com a nossa criança e adolescente, eu ratifico integralmente a fala de Eliza quando ela disse que tomou conhecimento que crianças de 3 e 4 anos estavam debaixo da mesa tentando fazer aquilo que adultos fazem. Até a semana passada, nós estamos respondendo também por Guarabira, passamos 6 meses na infância de Guarabira, e nós podemos sentir de perto também que tudo isso já chegou lá no sítio mais distante, porque nós temos crianças de 7 e 8 anos completamente erotizadas e com vídeos pornográficos no celular, que são de fazer cabelo arrepiar até de quem não tem. Eu não estou dizendo do que ouvir falar, eu vi, eu, pessoalmente, tive acesso aos telefones, eu, pessoalmente, tive acesso a cada criança, conversei com cada criança e pude ver e ouvir acerca de tudo isso, porque a pornografia, hoje, ela está andando a passos largos. E infelizmente, são tantas leis, tantas leis, tantas leis, que a gente não sabe nem por onde começar, mas esquecendo que a Constituição Federal já protege a nossa criança, nosso adolescente, e ela é de 88, com tantas mudanças de lá até aqui, o ECA tem 35 anos, ele já debutou duas vezes, então, não haveria necessidade de tanta lei. Mas nós entendemos quanto infância e adolescência, nós entendemos quanto infracional e acompanhando de perto nas escolas com os conselhos tutelares, com as famílias, nós enxergamos que a gente precisa de conscientização da base, o que está podre é a raiz, o que está precisando ser tratado é a raiz, a raiz está podre, a gente precisa cuidar da família, a gente precisa conscientizar pais, e o que nós já fazemos, entrando nas escolas públicas e privadas, juntando pais, que é outra coisa muito difícil de se fazer, você traz o pai do adolescente que é bom aluno, da criança que é boa aluna, mas o pai da criança que não vai para sala de aula, que faz bagunça na sala, que é atrevido, que não respeita professor, ele não vai para reunião convocada pela escola, a direção não vê esse pai lá. Mas eu, enquanto 36ª Promotora, eu me disponho e lanço para vocês essa bandeira, vamos tratar a família, vamos cuidar da raiz, vamos entrar nessas casas, vamos fazer estudo de caso, vamos saber aonde está a ferida porque não vai adiantar botar aceptil numa ferida que ainda tem pus, a gente precisa tratar a ferida, para poder botar o mercúrio. Então, essa é a ideia da 36ª Promotoria, vamos trabalhar junto com a família, vamos nos dar as mãos, vamos entrar nos estudos de casos, eu me proponho a acompanhar, a estar com vocês. E falando muito, como falo, já me despeço pedindo desculpas porque vou precisar sair antes,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

porque como o evento começava às 9h, assumimos compromissos para o fim dessa manhã, mas receba meu abraço, que Jesus possa alcançá-los a cada um, diretamente, em nome de Jesus, muito obrigada. Eu gostaria só dá uma informação a vocês, há aproximadamente um ano, eu recebi uma ligação às 10h30 da noite, num sábado, e como meu marido não é da área, para ele é difícil ser casado com promotor de justiça, principalmente porque o Conselho Tutelar tem o meu contato e é no final de semana que eles ligam para mim e a gente faz o que pode, porque a gente está aqui para estender a mão, para ajudar a levantar. E essa pessoa dizia: *falei com doutor Adailton Lacet e ele me disse que a única pessoa que pode me ajudar é a senhora*. Eu disse: *tudo certo, mas a senhora vai segunda-feira para o meu gabinete eu lhe recebo*. Essa pessoa foi a senhora Marinalva, a Nalva, cabeleireira, que se suicidou há dois meses, e essa pessoa foi recebida por mim, e como essa mulher, pela madrugada, mandava muita mensagem de áudio, e de tudo, eu fiquei apreensiva, e telefonei no domingo de manhã para João Arlindo, nosso colega promotor de justiça, e pedi a ele que me acompanhasse na segunda-feira para ouvir essa senhora. E foi essa senhora que nos trouxe as informações do Hytalo Santos, e foi a partir dessa senhora, que nós começamos a investigação, e foi a partir dessa senhora, que o Ministério Público da Paraíba juntou elementos, e fez o que fez em favor da criança e do adolescente contra o Hytalo. Então, o Ministério Público da Paraíba estava trabalhando, sim, não foi em razão do evento publicado nacionalmente pelo vídeo do Felca que fez com que nós efetivamente viéssemos e que a coisa fluísse, não! Esse feito já havia, investigação já havia, ela continua, inclusive foi feita uma observação, como foram feitos esses abortos? Nós estamos investigando os abortos, quem foi o médico que atendeu, que hospital fez o atendimento, nós não estamos fazendo de conta que não está acontecendo”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** disse: “Dr.^a Ivete, antes de sair, calma aí, que a gente vai espremer um pouquinho, porque aqui é uma audiência pública, a gente tem que levar encaminhamento e ter algumas respostas, eu gostaria de ter algumas respostas. Como Dr.^a Ivete está envolvida nas investigações não sei como seriam, se a gente consegue saber. Mas antes disso, o que eu estava dizendo antes, eu cheguei, um dia, em Dr.^a Ivete, ela estava atendendo um menor infrator e uma das missões, porque eu não vou dizer castigo, porque não é castigo ler a Bíblia, era que o menino devia ler Tiago, o livro de Tiago, do Novo Testamento, que fala muito sobre os jovens, e ela dava uma dura, a gente que não conhece não sabe porque quem é acostumado vai ficando calejado e sabe como esses meninos, infelizmente, adultizados, eles conseguem enganar quem não conhecem eles. E eu estava com tanta peninha dele, mas infelizmente os adultos que são responsáveis por essas crianças fazem com que os meninos e as meninas fiquem de uma forma que engana qualquer pessoa. E Dr.^a Ivete já sabendo disso foi dura com ele, mas é isso mesmo, gente, infelizmente, a criança perde realmente a infância e perde o carinho que deveria ter dos adultos porque elas não estão mais crianças, elas estão adultizadas. E Dr.^a Ivete, uma das coisas que não sei, vamos lá, que eu fiquei muito curiosa, as meninas, as crianças e adolescentes que estavam com o Hytalo e que estão em outras casas, que possa estar em outras casas, as duas perderam esse bebê, quais foram as circunstâncias? Se está sendo investigado essa questão? Se foi aborto provocado? Se foi aborto espontâneo? Elas estavam em situação análoga a escravas sexuais? Não vendendo seu corpo, carnalmente, ali, em conjunção carnal, mas como se tem dinheiro, retorno



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

financeiro, esses vídeos eram vendidos para grupos de pedófilos, tinha-se ganho financeiro com vídeos produzidos, essas crianças com muitos vídeos deixavam... Gente, eu sabia de alguns vídeos, principalmente dos stories, porque tem uma pessoa que trabalha, que me mostrava e eu comecei... não quis seguir para não ter meu nome lá, mas quando ela chegava na minha casa, que ela fazia diária, Eliza, já viu isso? Quando eu vi, meu Deus do céu. Então, eu vi que algumas daquelas adolescentes tinha acabado de fazer sexo ou tinha ficado com um, ou dois ou três dali da casa, tinha um que disse: *se eu quiser, eu acabei com ela, mas se eu quiser eu fico com essa*, já passava para beijar aquela outra e já tinha acabado de dormir, tinha acabado de acordar, ou como uma das meninas que, ontem, eu acho que foi, ontem, que completou 18 anos, teve uma hora que ela chega no café da manhã, *não eu não quero comer não porque eu já fui comida*. Então, assim, esses vídeos, será que existe, por exemplo, câmeras escondidas nos quartos? Será que esses vídeos serão vendidos? Como foi a questão do aborto? Quero saber como é que a gente pode saber disso aí e se tem alguma sugestão de política pública, Dr.^a Ivete”. **A Sr.^a Ivete Arruda** disse: “Ela quer a investigação completa, já não é mais segredo de justiça, esse negócio. Mas assim, quanto ao financeiro, essas famílias não recebiam nenhuma fortuna, as mães recebiam R\$ 3.000,00, e eu acredito que para o que se vendia com as danças, com os vídeos, porque a venda, até esse momento, a gente não pode dizer, vereadora Eliza, que ele usava, pegava esses vídeos e vendia. Mas assim, o que se ganhava com o engajamento, com a monetização dessas danças, das falas, inclusive, essa do *‘eu não quero comer porque eu fui comida’*, essa daí, graças a Deus, eu não vi, mas eu acredito no que tu estás dizendo. Mas assim, essa gravidez da Camila, que hoje é maior, mas que está com ele desde os 9 anos, essa gravidez, segundo informações, é do irmão do marido dele, inclusive nós ouvimos uma pessoa que procurou o Ministério Público, espontaneamente, para passar as informações que tinha e ele disse que essa sessão de sexo explícito foi visualizada por quem quisesse ver, porque foi feito na sala principal da casa, no condomínio fechado aqui em João Pessoa, e é de vidro, então, os motoristas viram, os seguranças viram, todas as pessoas que estavam no entorno puderam visualizar a menina fazendo sexo com o irmão do marido do cidadão. Mas enfim, as perguntas de Vossa Excelência são perguntas que não podem ser respondidas assim de maneira tão abrangente, porque aí dificultaria o andar das carruagens”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** disse: “Alguma sugestão de política pública mais, Dr.^a Ivete? Ou o que já tem é suficiente, só é cumprir?”. **A Sr.^a Ivete Arruda** disse: “Não há necessidade de mais nada, eu acho que se cumprir, sabe? Assumir a responsabilidade de correr atrás do que já existe”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** disse: “Por exemplo, a questão da responsabilização dos pais seria uma das saídas?”. **A Sr.^a Ivete Arruda** disse: “Sim, só que também já existe lei dizendo isso, já existe essa seta apontando para isso. Então, o que a gente precisa é realmente fazer essa repressão e esse cuidado. E olhando ali para minha princesa, Dr.^a Tatiana Melo, que faz nossa assessoria, é uma honra tê-la conosco na equipe”. **O Sr. vereador Marcos Henriques** disse: “Bom dia a todos e todas. Queria, inicialmente, saudar a mesa, todas as autoridades aqui, na pessoa da vereadora Eliza Virgínia, a qual eu parabeno por trazer esse tema, um tema que, em todo o Brasil, está sendo bastante descoberto, infelizmente, porque houve um desencadeamento para que isso acontecesse. Mas esse é um problema que todos nós já sabíamos que existia. Eu falo



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

aqui hoje não apenas como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente desta Casa, função que exerço há mais ou menos oito anos, mas também como autor de um dos projetos, o Projeto 413/2025, no qual eu, mais alguns outros vereadores e a vereadora Eliza entramos com o projeto e estamos conversando para convergir em apenas um projeto, e que esse projeto tenha força e articulação para que seja sancionado. Esse projeto nasce da compreensão de que a infância e a adolescência são fatos específicos da vida protegidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito ao desenvolvimento integral, em condições de liberdade e dignidade. A adultização precoce, que se manifesta na exposição de crianças a padrões de comportamento, consumo e sexualidade incompatíveis com a sua idade, não é uma simples escolha cultural e estética, ela representa uma violação de direitos humanos. A internet, as redes sociais, as plataformas são um mundo que se abre apenas com um digitar. Toda criança, a primeira coisa que ela pede aos pais é um celular. Esse celular é concedido, muitas vezes, sem os devidos critérios de acompanhamento por parte dos pais. E essas informações que a criança recebe de maneira precoce e desproporcional à sua idade vêm a criar uma nova geração com um pensamento totalmente desconectado da responsabilidade e da necessidade que a criança e o adolescente têm para proceder de acordo com a sua idade, para absorver os valores, a responsabilidade e as ações de acordo com a sua faixa etária. Mas essas denúncias ganharam notoriedade nacional, a exemplo das levantadas pelo influenciador Felca, que escancara uma realidade que não podemos ignorar: crianças estão sendo transformadas em mercadoria digital, usadas como instrumento de engajamento em redes sociais. A pressão e os estímulos que comprometem sua saúde mental, emocional e física. A promotora, Dr.^a Ivete, falou com bastante propriedade, porque esse desencadeamento tem uma consequência, seja ela mental, emocional ou física, e a gente está percebendo isso com esse simples desencadear de um influenciador. E a vereadora Eliza falou bem: quantos e quantos influenciadores, quantas e quantas plataformas, quantas e quantas pessoas estão ganhando dinheiro? Porque nem tudo pode ser visto. Muitas coisas são gravadas e vendidas. Esse é um desafio da Polícia, um desafio daquelas pessoas... porque as redes sociais precisam ter sua responsabilidade, e as pessoas precisam investigar o que está acontecendo, e que tenham mecanismos para isso. Esse PLO busca enfrentar esse problema dentro das nossas competências municipais, estabelecendo limites claros para práticas nocivas no ambiente digital, reforçando o dever da família e do poder público de proteger crianças e adolescentes de toda forma de negligência, exploração e violência. Mas esse projeto não pode ser entendido como uma forma isolada. Ele dialoga com outras lutas fundamentais: a efetivação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que deve deixar de ser uma letra morta para se transformar em prática cotidiana; o combate ao trabalho infantil, que ainda é romantizado por setores que defendem tais retrocessos; e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, que precisa de uma rede de proteção fortalecida. Esse é um debate que não tem direita, não tem esquerda, é um debate que não pode ser ideologizado. A gente, inclusive, precisa coibir algumas vozes que defendem a redução da maioridade penal, que insistem em ver no trabalho infantil uma saída para a pobreza ou que utilizam pautas da infância como pretexto para atacar e criminalizar minorias. Aqui, no âmbito local, temos ainda alguns desafios específicos e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

urgentes, e já fica como sugestão, Eliza, para, no final da sessão, a gente poder trabalhar: ampliar a arrecadação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Nós conquistamos, no ano passado, o OCA, o Orçamento da Criança e do Adolescente. Tem a rubrica lá, só falta o dinheiro entrar para que a rede de proteção possa nos ajudar e a gente possa ter uma estrutura mínima para que as coisas funcionem, porque nada funciona sem recurso, sem investimento para coibir essa prática. Para que as políticas tenham sustentabilidade: fortalecer os conselheiros tutelares. O Conselho Tutelar, gente, é a porta de entrada. Os conselheiros precisam ter formação. Isso é uma responsabilidade do município. Os Conselhos Tutelares precisam ter uma boa remuneração para que possam se dedicar de maneira exclusiva à sua tarefa. Isso precisa ser discutido, precisa ser colocado. Muitas vezes, eles não têm a estrutura adequada. Renato está aqui e sabe do que estou falando. Consolidar a rede de proteção, garantindo que educação, saúde, assistência social e justiça atuem de forma articulada. Tudo isso é totalmente transversal, e essa transversalidade vai melhorar a ação por parte da rede de proteção e por parte até mesmo da própria Polícia. A aprovação do PLO que a gente está construindo, no caso do meu, o 413, será um passo importante para João Pessoa se posicionar como cidade que valoriza e protege sua infância. Mas esse passo precisa ser seguido por outros: por investimento, por fiscalização e por compromisso político. Se quisermos realmente enfrentar a adultização e a sexualização precoce, precisamos defender a infância como valor supremo que não pode ser negociado nem submetido à lógica do mercado ou da política de ocasião. É por nossas crianças e adolescentes, e apenas por eles, que seguimos firmes nessa luta. Muito obrigado”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia**, disse: “Então foi: ampliar a arrecadação do CMDCA e fortalecer os conselhos. O que mais, vereador?”. Enquanto a Sr.^a Presidente consultava o Sr. vereador Marcos Henriques sobre seus encaminhamentos, a próxima oradora foi chamada à tribuna. **A Sr.^a Soraya Escorel** disse: “Bom dia a todos. Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa da vereadora Eliza, também os vereadores Marcos Henriques, Wamberto Ulysses, cumprimentar a minha colega promotora de justiça, por quem temos grande admiração pelo seu trabalho, sempre aguerrido, sempre voltado à proteção. Por mais que trabalhe na parte infracional, atua também na parte principal, principalmente buscando a proteção da criança e do adolescente. Quero cumprimentar também o colega da Defensoria Pública e, em nome dele, estender os cumprimentos à doutora Elza, com quem trabalhamos diariamente, à Raquel e aos demais defensores públicos e pessoas que atuam na Defensoria presentes aqui. Cumprimento também o Conselho Tutelar, porque sei que há vários conselheiros aqui, muitos comprometidos nesta causa da criança e do adolescente, sempre engajados neste debate tão importante. Quero, antes de tudo, parabenizar por este momento, que é extremamente rico, extremamente relevante, e que não é uma discussão que acontece apenas hoje, mas que já vem de muitos anos. Estou há 31 anos no Ministério Público e, durante todo esse tempo, não consigo me conformar com as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes que chegam diariamente. Desde a época em que atuei no interior percebi que isso acontece em todos os lugares, e por isso precisamos nos irmanar e dar as mãos àqueles que realmente querem trabalhar. Muitos legisladores também estão voltados a essa proteção, e precisamos nos unir, porque não podemos soltar a mão. É necessário estarmos juntos. Por isso estamos sempre ao



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

lado do Conselho Tutelar. Quando Ivete falou em relação aos conselhos tutelares, disse que eles têm o telefone dela, e eu acrescento que o meu telefone é praticamente público. Os conselheiros tutelares têm essa liberdade, assim como os demais integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente aqui de João Pessoa e também do interior. Neste domingo mesmo recebi ligação de um conselheiro tutelar desesperado, lá do Conde. Eu acredito que precisamos ser populares, estar perto do povo e nos disponibilizar para ajudar. Não podemos fazer nada sozinhos, até porque uma denúncia só chega se as pessoas tiverem abertura para vir até nós. O Ministério Público precisa ser incansável quando se trata de violência sexual contra crianças e adolescentes, e agora ainda mais, diante dos abusos e da exploração sexual no meio digital, que é algo extremamente delicado e complexo. Quando a Constituição diz que a família, o poder público e a sociedade, de forma geral, têm que proteger a criança e o adolescente, percebemos que muitos não conseguem enxergar a gravidade do problema. Muitas vezes ouço pessoas dizendo: ‘Mas doutora, qual o problema de a criança dançar? Isso é crime? Por que está acontecendo isso?’, e essas pessoas não entendem que se trata de uma violação, algo abominável e repugnante. Por isso não podemos nos conformar, precisamos fazer mais. Somos seis promotores de justiça atuando nesta área da infância e juventude, todos incansáveis, porque as denúncias são muitas. As demandas chegam para mim, para Ivete, e para outros colegas, e assim conseguimos dividir o trabalho de acordo com a legislação. Eu atuo na área judicial, Ivete e João Arlindo atuam na área extrajudicial, mas muitas vezes precisamos dialogar e atuar em conjunto, como no caso de Hytalo Santos, que teve ramificações aqui em João Pessoa. A colega promotora doutora Ana Maria iniciou, desde 2024, um projeto nesse sentido. Cada um cumpre seu papel, mas sempre unidos. Quero destacar ainda um ponto que me preocupa bastante: o uso indevido da imagem de crianças e adolescentes. Fizemos um trabalho de prevenção junto com uma TV local e ainda vamos lançar um projeto específico sobre isso. O art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente é claro ao dizer que não pode haver uso indevido da imagem. Quando expomos crianças e adolescentes em redes sociais a situações constrangedoras, comprometemos sua integridade. Isso gera responsabilidade civil e criminal. É necessária autorização expressa dos pais ou responsáveis, porque a imagem é considerada patrimônio indisponível, protegida como direito à privacidade, dignidade e identidade. A imagem, a voz e os escritos de uma criança ou adolescente são bens indisponíveis, que não podem ser negociados ou abandonados sem proteção. Se um responsável permite a divulgação dessa imagem, como infelizmente temos visto em vários casos, isso gera consequências sérias. Ontem mesmo, em uma palestra em escola do bairro dos Novais, uma menina me contou que havia no bairro uma influenciadora digital que expunha crianças. Ou seja, há situações assim em vários bairros, no interior, no Brasil e no mundo. Muitas vezes não há denúncia porque algumas pessoas também são beneficiadas financeiramente. É muito dinheiro envolvido, e quanto mais influenciadores surgem, mais crianças e adolescentes ficam expostos e sexualizados, muitas vezes por ausência ou desconhecimento da função protetiva da família. Esse avanço precoce do acesso às redes sociais também preocupa, porque expõe os adolescentes a riscos enormes, muitas vezes sem que eles percebam. Entre esses riscos está a violência sexual digital, que deixa marcas profundas. Essa violência inclui assédio, compartilhamento de imagens sem



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

consentimento, exploração sexual infantil, entre outras práticas criminosas. A prevenção exige formação, diálogo constante e vigilância por parte de pais, responsáveis, educadores e da sociedade como um todo. Precisamos informar para saber agir, prevenir e corrigir erros através da responsabilização efetiva, seja civil ou criminal. A violência sexual digital pode se manifestar de várias formas, como o *grooming*, quando o adulto se aproxima fingindo amizade para obter imagens íntimas e marcar encontros, ou a sextorsão, quando a vítima é chantageada para enviar mais imagens ou praticar atos contra sua vontade. Muitas escolas já nos procuram por conta dessas situações. Por isso, a prevenção é essencial. Precisamos debater com a sociedade sobre o uso indevido da imagem, como alerta o art. 17 do ECA, e desenvolver mais políticas públicas que orientem os pais, tanto na prevenção quanto na responsabilização. Eu acredito que não basta apenas punir. Primeiro é preciso formar, explicar e prevenir, para depois responsabilizar. Muito obrigada”. **O Sr. José Gerardo** disse: “Bom dia a todos e a todas. Quero iniciar saudando a mesa diretora, na pessoa da vereadora Eliza Virgínia, assim como Marcos Henriques e os demais integrantes, e saudar também a plateia, na pessoa da doutora Elza Regis, hoje conhecida como a avó de Joaquim. Sintam-se todos saudados e cumprimentados. Quero iniciar parabenizando esta casa legislativa por essa iniciativa de realizar esta audiência e debater um tema tão importante e relevante, tanto no cenário municipal e local quanto nacional, que diz respeito às nossas crianças e adolescentes, não só da cidade de João Pessoa e do estado da Paraíba, mas também do Brasil. É uma atuação muito importante, considerando a quantidade de legislação e de produção que esta Casa já realizou em prol das crianças e adolescentes, legislação esta que algumas carecem de implementação, enquanto outras, tenho certeza, já fizeram diferença na vida de muitas crianças e adolescentes, e por isso parabenizo por essa atuação. Já me senti bastante contemplado com as falas que me antecederam, especialmente da doutora Ivete, da doutora Eliza, da doutora Soraya e do vereador Marcos Henriques. Sabemos que existem medidas penais e extrapenais. As medidas penais, como a doutora Eliza mencionou, envolvem alteração do ECA e competem mais ao Congresso Nacional, portanto, dificilmente a esfera municipal poderá debater essas medidas, já que o município não tem competência legislativa penal. Por isso, acredito que o foco deve ser nas medidas extrapenais, que considero mais relevantes para o debate na esfera municipal. Uma sugestão importante, considerando que lidamos com pessoas em extrema vulnerabilidade social, crianças, adolescentes e suas famílias, é o fortalecimento e a implantação de uma educação voltada à prevenção do abuso e da violência sexual. Esse tipo de ação já existiu em escolas municipais anteriormente, sob o nome de educação sexual, mas esse nome não foi bem recebido; muita gente acreditava que se tratava de ensinar a criança a fazer sexo, o que não era o objetivo. Sugiro, portanto, mudar o nome para ‘educação para prevenção de abusos por violência sexual’, porque, na medida em que as crianças recebem esse empoderamento e aprendem que nenhum adulto pode tocar em determinadas partes do corpo ou fazer qualquer tipo de abuso, elas estarão mais protegidas. Outra medida importante, na qual a esfera municipal também pode atuar, é a regulamentação para impedir a monetização de vídeos com crianças e adolescentes, especialmente aqueles que contenham erotização ou conteúdo sexualizado, que são produzidos visando lucro. Ao impedir que esses vídeos sejam monetizados, certamente muitos perderiam o interesse, e não



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

se poderia lucrar com a exploração de crianças e adolescentes. Vale destacar que as redes sociais também lucram com esse tipo de conteúdo, o que reforça a necessidade de políticas de prevenção e fiscalização. Além disso, gostaria de ressaltar a importância do fortalecimento do Conselho Tutelar, proposta do vereador que considero essencial. Já me senti contemplado nas falas dos meus colegas e agradeço a oportunidade de participar deste debate. Muito obrigado”.

A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Existe a Lei nº 11.876, de 11 de fevereiro de 2010, de minha autoria, que institui o Programa Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Olha só, Dr. Gerardo, o senhor falou agora, e acho que todos mencionaram, olha o que diz: *que o programa consiste em um conjunto de ações, campanhas e treinamentos desenvolvidos por órgãos da Prefeitura Municipal, como forma de prevenir a violência e a exploração sexual. Serão desenvolvidos e veiculados na mídia em geral, por meios de comunicação, equipamentos urbanos e transportes públicos, informativos sobre diversos tipos de violência, identificação de indicadores físicos e psicológicos de violência em creches, escolas públicas ou privadas, além de campanhas semestrais direcionadas às crianças e adolescentes, utilizando cartilhas em linguagem adequada aos níveis de entendimento e escolaridade, a serem apreciadas por representantes dos órgãos e entidades da Curadoria da Infância.* Outra ação importante é que os alunos matriculados em escolas situadas no município de João Pessoa receberão aulas ou palestras sobre o tema, e essas atividades também serão oferecidas aos pais, professores e outros interessados, em reuniões convocadas pela escola. Ou seja, a lei existe, e precisamos cumpri-la. Infelizmente, a Secretaria Municipal de Educação não está aqui representada, mas há representações de diretoras que podem nos informar se estão sendo realizadas capacitações. Precisamos repaginar essa lei, promover encontros para discutir alterações e verificar outras legislações disponíveis para aprimorar sua efetividade”. **O Sr. vereador Wamberto Ulysses** disse: “Bom dia a todos aqui presentes nesta sessão tão especial, essa audiência pública. Como a Dr.^a Ivete também iniciou as palavras, eu também, sempre que tenho a oportunidade de falar, gosto de iniciar agradecendo a Deus, nosso maestro, nosso condutor, que nos direciona, nos dá capacidade e também abriu todas as portas para hoje eu estar aqui na Câmara como vereador de João Pessoa. Sempre que tem qualquer audiência pública com esse tema, assumi agora, recente, mas faço questão, como pai de uma criança de 8 anos, de estar presente para ouvir, aprender e contribuir também com o meu mandato, porque a gente sabe, Dr.^a Soraia, que com os avanços da tecnologia vieram muitos benefícios, muitos avanços, mas, infelizmente, também esses malefícios. E falar diante dessas autoridades que têm esse trabalho e essa defesa por esta causa, de forma tão nobre, estar aqui hoje falando depois deles também é uma responsabilidade. Mas essa tecnologia também trouxe riscos, trouxe, de forma silenciosa, medo para as famílias, porque muitas vezes, nós, como pais que somos, não sabemos o que está passando por aquelas telas. Então, é preocupante, realmente, essa palavra da moda agora, a adultização, mas, como a vereadora Eliza já falou, essa erotização infantil causa problemas. Então, audiências como essa são importantíssimas para toda a sociedade, com o Ministério Público presente, com a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar, que está aqui também, que eu saúdo e também parabeno por esse brilhante trabalho que faz em defesa das nossas crianças. Todos que fazem a educação também têm o seu papel,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

as nossas famílias, que têm que estar sempre presentes, atentas, para que a gente possa contribuir de alguma forma. Concordo com a questão da quantidade de leis. Essa ideia desse estudo, desse planejamento, para que as leis possam dar mais efetividade onde for necessário. Mas também, como minha passagem aqui é recente e eu quero deixar a minha marca nesta Câmara, também apresentei um projeto de lei sobre o tema, devido a essa minha preocupação. Minha assessoria jurídica pesquisou e não tem ainda, vereadora Eliza, uma semana específica de combate a essa exposição indevida, à adultização e a outros crimes contra as crianças e os adolescentes na internet. Então, eu acho que essa campanha, essa semana, é pensando como uma conscientização permanente, para que não aconteça só quando outros crimes venham à televisão, venham à tona, para que a sociedade conheça. Isso não pode ser uma vez perdida. Essa semana, pelo menos uma semana, é muito pouco, mas, a partir do momento que o debate vai para as igrejas, que têm um papel fundamental, para as escolas, para os órgãos do município, então foi pensando nisso, nesse dever do cuidado, nesse ato de amor, como pai, que, repito, eu trouxe esse projeto de lei. E não tenho vaidade para que seja modificado, aperfeiçoado, para que, de fato, ele se torne lei e seja cumprido no município de João Pessoa. Então, a gente tem que agir previamente, como eu já falei, não esperar que outros crimes aconteçam. Esse é o nosso papel como agentes públicos, e assim eu continuarei defendendo, assim continuarei participando, para aprender junto com esses vereadores que têm esse trabalho de excelência em proteção das nossas crianças. Que Deus abençoe a todos. É um orgulho estar aqui hoje como vereador, participando de uma audiência e aprendendo com cada um de vocês. Meu muito obrigado, e que Deus abençoe a todos”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virginia**, disse: “Uma coisa que também existe: ontem, foi minha audiência de instrução de uma ação penal, onde o Ministério Público Federal fez a denúncia, e a minha acusação era de racismo, homofobia e de incitar o ódio. E quais as causas? Foram usados cinco ou seis vídeos, onde eu simplesmente combati a erotização infantil. Eu falava sobre a tentativa de uma lei que eu gostaria de ter colocado, e não coloquei porque o vereador colocou antes, que era para proibir crianças de participarem de todo e qualquer tipo de evento onde tivesse danças sensuais, erotização, coisas inadequadas para crianças. E estamos num tempo que é muito perigoso a gente até falar. Eu tive essa denúncia contra mim e está sendo solicitado 30 anos de cadeia para a minha pessoa. Graças a Deus, ontem fui bem na audiência e a gente está esperando a decisão. Não quero nem comentar muito. Mas, assim, existem também essas questões, que precisamos ter liberdade no Brasil para falar coisas certas e óbvias, sem ofender ninguém especificamente, mas falar duramente sobre pessoas como esta, por exemplo, Hytalo. Eu não o ofendi por sua opção sexual, de forma alguma. É o que ele estava fazendo. Então, assim, de a gente também se conscientizar, se juntar, porque uma questão como essa me inibe, lógico. Tenho que pagar advogado, tenho que tirar um tempo da minha vida, tenho que me preocupar em não ser presa. E aí, você, às vezes, meio que recua, fica mais quietinha, mas é isso que algumas pessoas querem. E essas pessoas contribuem para o que está acontecendo. Então, só para um lembrete que eu esqueci de falar na minha fala”. **O Sr. Piragibe Lucena** teceu cumprimentos e disse: “Hoje tratamos de um tema que exige coragem, sensibilidade e compromisso coletivo: o abuso sexual infantil. Trata-se de uma grave violação de direitos humanos, que atinge nossas crianças e adolescentes,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

comprometendo não apenas sua saúde física e emocional, mas também seu desenvolvimento e seu futuro. O abuso sexual não escolhe classe social, região e nem religião. Muitas vezes acontece dentro do próprio lar, praticado por pessoas próximas e que deveriam proteger, o que aumenta ainda mais o sofrimento e a dificuldade de toda denúncia. E o mais doloroso é que, em grande parte dos casos, as vítimas permanecem em silêncio, seja pelo medo, pela vergonha ou pela falta de apoio que não têm em casa e nem da sociedade. É fundamental compreendermos que nenhuma criança é culpada pela violência. A responsabilidade é sempre do agressor e cabe a nós, como sociedade, criar mecanismos para romper o ciclo do silêncio e da impunidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro: toda criança e adolescente tem direito à dignidade, ao respeito e à proteção integral. Isso significa que cada um de nós — família, escola, comunidade, estado e sociedade — tem a responsabilidade de proteger e garantir que esses direitos sejam efetivados. Precisamos investir em prevenção, em formação e acolhimento. É necessário educar nossas crianças para que conheçam seus limites, fortalecer famílias para que estejam atentas a sinais de violência, e capacitar profissionais da rede que lidam diretamente com o público infantil, identifiquem e agirem diante de suspeitas. E aí eu queria parabenizar os profissionais da educação infantil. Aqui tem diretoras de creche, de escolas. Capacitar para que os profissionais tenham esse olhar, essa percepção, para trazer os casos para nós, conselheiros tutelares. Queria dizer também, e aí estender a todos os conselheiros aqui presentes, da honra, a alegria e a gratidão de estar com todos vocês há nove anos, na luta em defesa das nossas crianças e adolescentes, que não é fácil. Também é nosso dever estimular a denúncia. O Disque 100, que é um canal acessível e seguro para registrar os casos de violência contra crianças e adolescentes, é muito importante que a gente divulgue esse canal de comunicação a toda a sociedade. Senhoras e senhores, proteger a infância é proteger a vida, é proteger o futuro e o presente das nossas crianças e da nossa sociedade. Não podemos permitir que o silêncio seja cúmplice da violência, precisamos transformar a nossa indignação em ação ferrenha, todos os dias. Concluo dizendo que cada criança que conseguirmos proteger é uma vitória para toda a sociedade, que cada passo na prevenção e no combate ao abuso sexual infantil seja visto como uma missão coletiva e inegociável, porque garantir uma infância livre de violência é o maior legado que podemos deixar para nossas próximas gerações. Eu vou concluir dizendo: não é fácil. Nós, dos conselhos, estamos à frente e, todos os dias nós pegamos casos no Conselho Tutelar — já pegamos vários, mas cada caso que pegamos, parece que é o primeiro. Nós sofremos juntos, nós sabemos que não é fácil. Então, Marcos Henrique falou uma coisa muito importante: Conselho Tutelar, toda a rede, precisam estar fortalecidos, e o Conselho Tutelar é porta de entrada e, quanto mais fortalecidos, nós vamos ter pernas, que muitas vezes não temos só com um carro, para atender à demanda da nossa comunidade. Espero que esta Câmara, assim como já vem fazendo — não só a Câmara Municipal, mas, também, a Assembleia — possa ter esse olhar para que possa fortalecer, dialogar. E a importância de estarmos levando a prevenção desde a creche, às escolas e à comunidade. Eu trouxe aqui várias manchetes nacionais, mas não vou falar, para que todos tenham direito à fala. Mas dizer que proteger não é fácil. Cada Conselho que está aqui já foi ameaçado de morte por uma aplicação de mídia, sim ou não? Eu já recebi ligação do presídio para parar de fazer encaminhamentos. Eu me arrepio falando, porque eu sou pai



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de três filhos e, quando a gente protege, a gente pede a proteção divina todos os dias, mas precisamos do Poder Público para que possa garantir que a gente também tenha proteção. E como encaminhamento, eu queria deixar e dizer da importância dos investimentos na política pública para ampliar o tratamento de saúde mental de crianças e adolescentes, vítimas, todos os dias, nos seus anseios familiares. Que leve isso em pauta e possa ampliar. Eu falo com emoção, porque o depoimento de crianças e adolescentes que estão sendo vítimas e o Estado está sendo omissivo. Nós não temos espaço para levar e encaminhar nossas crianças para serem atendidas e precisam, por favor, que vocês tenham esse olhar, que várias crianças e adolescentes com necessidades especiais estão sendo abusadas nos seus anseios. Então, que esse debate se estenda e muito, para que a gente tenha mais tempo e voz para trazer para todos vocês, que são autoridades. Obrigado”. **O Sr. vereador Marcos Henriques** disse: “Achei muito interessante essa intervenção de Piragibe. Nós tivemos aqui, Piragibe, alguns meses atrás, uma audiência pública só sobre saúde mental para criança e adolescente. Toda rede de proteção estava aqui. Aqui a gente tirou encaminhamentos, algumas ações imediatas para esse tema, e a gente precisa dialogar com o Poder Público. É importante a gente abrir esse diálogo. A vereadora Eliza é da base e pode muito bem, como ela sempre faz, pegar a pauta e a gente poder, em conjunto, tratar isso com a rede de proteção, às necessidades para o tratamento da saúde mental para criança e adolescente. Muito importante, parabéns pela colocação”. **A Sr.^a Cátia Costa** disse: “A todos, saúdo a mesa na pessoa da vereadora Eliza, a quem eu agradeço muito a oportunidade de contribuir com esse assunto tão presente. Eu hoje trabalho na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e as mães são alvo de violência. Essa violência, muitas vezes, acaba se perpetuando para os filhos. Mas eu também sou pastora, sou pastora evangélica há treze anos e sou mãe de uma adolescentezinha de treze e uma outra de nove, uma criança. Conversando com a minha filha sobre a audiência de hoje, ela falou assim para mim: ‘Mamãe, nós temos um privilégio porque, no nosso lar, eu não vou ser incentivada a fazer as dancinhas e eu não posso nem ter um Instagram, que a senhora não deixa’. E nem é a exposição sexual. É porque não tem o córtex pré-frontal o suficiente para lidar com o *like* e um *deslike* de algo que fez ou deixou de fazer. Então quando, vou estender a fala do nosso colega, eu me sinto contemplada pela fala de todos e tudo que eu preparei estava nesse sentido também, mas eu gostaria de fazer alguns adendos. Precisamos trabalhar com a família de forma preventiva e educativa. A respeito da sugestão do Conselho Tutelar, eu entendo que poderíamos instrumentalizar eles, não sei se eles têm veículos suficientes para poder fazer essas visitas, para poder buscar essas crianças. Acredito que a gente poderia aparelhá-los, vereadora, com convênios, faculdades particulares e alunos de psicologia, em último grau de formação, eles já podem atender. Nós temos tido apoio na nossa Secretaria de estudantes de Psicologia e tem sido de grande valor porque a vítima, como já foi dito, a vítima, conselheiro Piragibe, ela é vítima, ela não é culpada da agressão que ela sofreu. Acho que não cabe aqui o discurso sobre a responsabilização das plataformas pela monetização desses *likes*, desses vídeos, dos anúncios vinculados desse tipo de coisa. Não cabe por causa que a Câmara Municipal não tem alçada para legislar nesse sentido. Entretanto, eu acho que caberia, se eu posso sugerir, já que estamos nessa etapa, fazermos na Semana de Conscientização, proposta pelo vereador Roberto Martins, material impresso e uma força tarefa. Vereadora, a senhora



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

está de parabéns, conseguiu reunir Ministério Público, Secretarias afins, colegas vereadores, trouxe à pauta projetos que precisam ser repaginados ou compilados aqui, como sugeriu o vereador Marcos Henriques, para que a gente possa ter mais efetividade. Não adianta a gente ter um berço legislativo enorme e, na prática, não funciona. E não é que não funciona, deixa eu corrigir a minha fala. É porque a demanda é tão grande, que a sensação que a gente tem é que não funciona. Não é que nós não trabalhamos, nós trabalhamos o tempo todo, não é, Dr.^a Soraia? Mas a gente não dá vencimento, porque a violência está dentro de casa, a violência é com o vizinho. Não bastasse a violência física, a qual a gente combate o tempo todo, agora o ambiente virtual é mais um meio para perpetuar a violência. Eu acredito que se tirassem, pelo menos, se deixasse de monetizar, não sei, porque tem vídeos educativos feito por crianças. Eu não sei se a questão é bem deixar de monetizar, mas talvez é a questão de deixar de dar *likes*. A impossibilidade do *like* faz um reforço positivo de que aquela conduta não é cabível. E aí eu acho que vem a educação. A gente vem dessa cultura, que não nasceu na internet. Agora querem culpar a internet, mas já vinha lá da nossa geração anterior, já vinha pelas músicas inapropriadas. É o que eu digo, é uma cultura. Se a gente tiver uma semana de cultura, de conscientização de que criança é criança, criança tem que brincar, tem que contar história, tem que ter direito a ir para escola, tem que ter direito a participar das Olimpíadas de Matemática, que a vereadora também premia. Tem que ter direito todas, todas as da privada, as da pública, as pretas, as brancas, as que têm o direito de ser só criança mesmo. E está tão difícil guardar as crianças, não é? Mas, vereadora, acho que a gente pode fazer material impresso dos Disques. Eu verifiquei que o Disque 100 é aonde faz a denúncia para o Conselho Tutelar. A Assembleia Legislativa daqui, da Paraíba, também dá um número: 123. Então a gente tinha que ter mais material impresso, material impresso... É 155? Está vendo como a gente acaba patinando? A gente já não tem: discriminação nos bares, discriminação por orientação sexual é crime. Por que não, vereadora? Veicular imagens de crianças é crime. Por que não nas escolas, pelo menos, que é o ambiente onde elas estão? Por que não nas praças, aonde a gente tem tantos parques bacanas, porque João Pessoa é a cidade de praças, de parques, ali no Parque Paraíba, por que não veicular isso? Então eu acho que se a gente concentra a atividade toda na semana, compila, vereador Marcos Henriques, todas as leis nesse sentido, junta, faz uma força tarefa das queridas diretoras e professoras, das Secretarias da Infância. A gente combina as políticas públicas, eu acho que a gente vai ser mais assertivo. Para além disso, uma pequena observação, acho que devemos inserir também as igrejas, porque como a igreja é um local de escuta amorosa e cuidadosa, enquanto Secretaria das Mulheres, eu faço parte da Ronda Maria da Penha, eu escuto a mulher vítima e lá eu escuto que pastores, padres estão encaminhando essas mulheres para lá, para defender os seus filhos. Então se na Defensoria Pública a gente tem um braço desse de conscientização, se a gente na Defensoria Pública tem esses telefones, se a gente combina lá na Secretaria esses números, porque, às vezes, a mãe está com vergonha de deixar o parceiro, que é o homem da vida dela, mas na verdade ela sabe que ele está olhando estranho para a filha dela tomando banho. Então é uma campanha, vamos dizer assim, compartilhada. É uma força tarefa, não pode ser vista apenas do viés legislativo e que a gente possa instrumentalizar também outros agentes para que tenham veículos, para que tenham orçamento mesmo, para poder fazer o enfrentamento e um enfrentamento eficiente



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

contra essa erotização, porque criança é criança e só dura ali doze anos, depois é adolescente só até os dezoito, acabou. Aí é vida adulta mesmo. Eu quero agradecer a todos a oportunidade, obrigada por estarem todos aqui, por estarem abertos a conversar sobre isso. Infelizmente, eu tenho o meu plantão agora para dar na minha Secretaria. Eu pego exatamente nesse horário, porque lá não para, mas eu quero agradecer a todos por essa força tarefa e parabenizar porque ainda que a gente pense, Dr.^a Soraya, que a gente trabalha, trabalha, trabalha, trabalha, trabalha e não vence, eu também tenho consciência de que estamos fazendo a nossa parte. Obrigada!”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** disse: “Outra sugestão, ao invés de regularmos a internet, censurar, que tal obrigar que as empresas de internet, que fazem a internet, que elas vinculem gratuitamente campanhas educativas regularmente. Porque depois desse boom que aconteceu todinho, a gente não viu nenhuma empresa regulando campanha que é proibido isso, proibido aquilo, em favor das crianças. Então seria uma das saídas também”. Após fala fora do microfone de uma pessoa presente no plenário, a **Sr.^a Soraya Escorel** disse: “Foram fatos que aconteceram lá e também aqui, então tem que ser instaurado tanto lá como aqui. Então não sei houve alguma comunicação entre a colega lá e os promotores que atuaram aqui, mas é importante que haja isso”. **O Sr. vereador Wamberto Ulisses** disse: “Lembrei de um caso de um amigo que era agente da Polícia Federal, trabalhou na parte da criança e adolescente. Ele ficou com problemas psicológicos tão grandes por causa do que ele investigava que ele teve de fazer terapia. Ele disse que diante do que ele via, em qualquer lugar que ele estava, se tivesse uma criança no chuveiro tomando banho, ele sabia que ali tinha um pedófilo, que é uma coisa assustadora. Até sugeri à presidente Eliza que nas próximas audiências que a gente tratar deste tema, a gente deve chamar o Conselho de Psicologia porque é uma questão de saúde mental, é uma doença”. **A Sr.^a Sheshy Vieira** disse: “Boa tarde a todas, eu me chamo Sheshy, sou diretora do Colégio Evo localizado no Cristo e quero agradecer à vereadora Eliza por essa oportunidade de tratar de um tema tão pertinente para nós que cuidamos de crianças e adolescentes diariamente e que, muitas das vezes, somos vulneráveis a esse tema dentro das nossas escolas. Há um tempo atrás nós sofremos por essa situação em que um pai quis de fato nos acusar sobre um assunto tão perigoso e tão necessário de ser comentado e valorizado por nós que fazemos parte da educação. Por conta das normas internas da escola, de como nós atuamos com os nossos professores, com os nossos funcionários e com as nossas crianças, através de tudo que fazemos diariamente na nossa escola, foi possível demonstrar que em nenhum momento seria possível acontecer a acusação que estava sendo feita ao nosso professor. Então eu trago aqui a importância de nós conversarmos sobre isso, de deixarmos esse assunto pautado de forma mais aberta, onde é através da conversa, do diálogo e do entendimento que cada um de vocês faz, o que o Ministério Público faz, o que o Conselho Tutelar faz, o que a Câmara Municipal está disposta a fazer por nós, pelas crianças e pelos adolescentes, que nós conseguimos levar isso até a família e, de forma segura, tomar as devidas providências. Para finalizar, eu quero ler um texto rápido que diz assim: *a escola é um espaço de formação integral do ser humano, onde se constroem conhecimento, valores e cidadania. No entanto, também é um local que precisa estar atento e preparado para proteger crianças e adolescentes de situações de vulnerabilidade, em especial contra o abuso sexual e as diversas formas de violência digital,*



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

cada vez mais presentes em nosso cotidiano. As políticas públicas nesse campo são fundamentais, pois garantem respaldo legal, recursos e formação contínua para que as instituições de ensino possam agir de maneira preventiva e eficaz. Programas de conscientização, projetos educativos, palestras e protocolos de denúncia são ferramentas essenciais para fortalecer a rede de proteção e empoderar nossos estudantes, para que saibam identificar e denunciar situações de risco. A vereadora Eliza falou sobre a lei e perguntou: será que as escolas de fato estão fazendo isso? Estão instruindo as crianças a reconhecerem o que de fato é um abuso? E nós temos o projeto que é o Projeto Bússola, em que as nossas professoras, desde a educação infantil até os adolescentes, trabalham com cartilhas com linguagens adaptáveis, e as crianças conseguem entender onde pode ser tocado, onde não pode ser tocado, o que o papai e a mamãe podem fazer, o que não podem fazer, o que os amigos podem fazer e o que não podem fazer. Então é através do que nós fazemos na escola que nós não só nos protegemos como instituição educacional, mas também protegemos as nossas crianças e as famílias. Quero parabenizar mais uma vez a Mesa, em nome da vereadora Eliza, por este momento e quero saudar a todos em nome das minhas amigas diretoras de creche, desejando um excelente dia”. **A Sr.^a Thaisy Cardoso** disse: “Sou conselheira da Região Sul aqui de João Pessoa e atuei, também, como agente de saúde durante quase 14 anos. Me afastei para o exercício do mandato e trabalhei bastante com famílias também. Sou assistente social de formação, também atuei na educação, no meu estágio supervisionado, durante um ano, numa escola no bairro em que eu atuava enquanto agente de saúde. Então, esse trabalho com as famílias, também fiz no Saúde e na Escola, e queria me acostar também na fala de vocês. Também me senti assistida em várias falas. E quando ele falou de educação sexual, a gente também achava um assunto bastante sensível quando tentava trabalhar com as famílias em relação à vacinação HPV. Então, é bastante importante a gente trabalhar com essas famílias em relação a essas pautas que a gente vem tocando aqui, com vocês. Deixar elas cientes quanto à questão da legislação, é bastante importante. A gente tem muitas normativas, muita legislação. As pessoas não têm consciência disso, mas também a gente tem que trabalhar a questão da contracultura. É difícil a gente dizer, porque as pessoas acham que a gente está, digamos assim, estigmatizando as pessoas, estereotipando as condutas, principalmente quando a gente fala de territórios mais vulneráveis, de periferias, e que a gente está estigmatizando, muitas vezes, algo que eles dizem que são expressões culturais e que estão enraizadas naqueles territórios. Principalmente quando a gente fala de algumas expressões culturais de alguns segmentos musicais, quando a gente fala da questão da adultização, que foi expressado isso. A gente vai falar sobre funk, sobre o brega funk, sobre alguns tipos de trap, das músicas, principalmente, que são dançadas e cantadas. E essas questões de sexualização são mais colocadas, principalmente, nos corpos femininos. Isso recai mais nas figuras das meninas, que são também tratadas como objeto de sexualização, objetificadas também, e é muito sensível quando a gente trata disso. E, enquanto profissional que atua na ponta, a gente tenta, enquanto Conselho Tutelar, e é muito difícil. A Região Sul é um território bastante extenso, mas a gente tenta, dentro dos nossos plantões, mas sempre extra plantão, trabalhar também com palestras. Mas a gente sente, como foi falado por outro orador aqui, da dificuldade de trabalhar principalmente com os pais. E eu estou falando mais



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

com os adolescentes, principalmente pelo tipo de linguagem que estou utilizando, principalmente da questão de exploração sexual e abuso sexual nas minhas palestras e, agora, colocando esse elemento novo, principalmente dos meios digitais, dos jogos, não só da questão da adultização em relação às redes sociais, à monetização de vídeos, mas, também, os jogos como Roblox, Free Fire – que, às vezes, a gente também esquece um pouquinho e pensa que são só as redes sociais, mas tem os jogos online. E aí eu estou tentando conversar com eles na linguagem deles, da maneira com que eles falam, tentando empoderar e tentando conversar com eles: ‘olha, a maneira como vocês falam, tentem conversar assuntos pertinentes’, e passar com que eles sejam multiplicadores entre eles mesmos, de uma forma com que empodere eles e eles tenham ciência de que aquilo que eles aprenderam antes não era correto. E aí, enquanto Conselho Tutelar, a gente [inaudível] a forma com que eles devem pensar, e não é a forma de moralizar, não é uma forma de recriminar, é uma forma de educar. Enquanto Conselho Tutelar a gente passa essa forma educativa, através de palestras. E enquanto profissional de saúde também, aproveitando essa parte da minha formação, tem lá, dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente e, às vezes, a gente também esquece que tem lá, no artigo, que a gente, muitas vezes, não trabalha essa campanha da prevenção da gravidez na adolescência. Está lá no Estatuto, mas, às vezes, eu não vi, por exemplo, colegas trabalharem essa semana da prevenção da gravidez na adolescência, porque pensa que é uma pauta só da saúde, trabalhar isso. E também, como eu já havia falado, é um assunto bastante difícil de se trabalhar, muito melindroso, como se diz, porque as pessoas hoje não estão preparadas para exercer esse tipo de pautas e levam sempre para uma questão moralizadora. E aí a gente, colocando aqui para a vocês, que a gente leve de fato essas pautas para as comunidades na atuação de vocês, da maneira com que vocês puderem, para a que a gente replique isso. E hoje eu tento colocar isso para que os próprios adolescentes possam se empoderar dessas legislações, dessas leis, e sejam, eles mesmos, multiplicadores para outros adolescentes”. **A Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia**, disse: “Muito obrigada, Thaisy! Se você puder encaminhar, eu vou deixar meu celular com você também, para encaminhar essas sugestões. E essa questão dessa recriminação, que você disse, quando chega para eles, muita gente pensa: ‘Não, está querendo moralizar, não sei quê’, mas não é, gente. Tem que desmistificar esse preconceito. De qualquer forma seria moralizar, mas isso é proteção. E essa questão da campanha contra a gravidez precoce é muitíssimo importante. Está lá no ECA faz muito tempo”. **A Sr.^a Deise** disse: “Bom dia a todos. Cumprimento à Mesa, cumprimento a nossa vereadora Eliza pela iniciativa de uma temática tão evidente, tão importante, tão grave na nossa sociedade e também com as nossas crianças e adolescentes. Eu, enquanto educadora, gestora do CMEI Roberto Vieira, localizado no Cristo, eu tenho o segmento da faixa etária de zero a três anos e a gente sabe que, diante dessa faixa etária, as crianças se expressam através de comportamento, mas também a gente tenta instigar a criança a falar se está acontecendo alguma coisa nos seus lares e a gente tem feito um trabalho muito eficaz, eu digo assim, enquanto Prefeitura Municipal de João Pessoa, e com o trabalho da educação, que a gestão se preocupa com a segurança das crianças, enquanto envio de documentos norteadores, campanhas contra abuso. Nós temos também a formação de professores, que também entram temáticas para que a equipe pedagógica se prepare, que tenha estratégia para poder trabalhar e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ajudar as crianças que estão vulneráveis, quando acontece nos seus lares. E o que eu quero falar aqui? Enquanto todas as falas em todos os encaminhamentos, eu também quero reforçar o encaminhamento do conselheiro. Porque quando acontece com alguma criança o ato do abuso, realmente os pais, as famílias: ‘Deixe, onde é que eu procuro ajuda?’, e, às vezes, está tão sobrecarregada a questão do atendimento, que fica na morosidade de atendimento e as famílias dizem: ‘O que é que eu faço?’, e a gente, enquanto educadores, enquanto a segunda família da criança, digamos assim, a gente tenta ajudar no máximo possível, a psicopedagoga, psicóloga, até a gestora é mil e uma utilidades, enquanto a escuta da problemática, mas eu ressalto o encaminhamento do reforço na rede de especialista, enquanto psicóloga, enquanto assistente social. Essa comissão que é do Disque 100, ela tem que estar mais evidente em escola, em CMEIS. Ela tem que estar também na Unidade de Saúde Familiar, porque é onde a gente tem as escutas. O ano passado, quando a gente fez a culminância, que é o resumo das atividades que a gente realiza com as crianças, uma mãe viu que a temática estava sendo exposta e ela olhou assim e fez: ‘Como é importante vocês falarem isso com as nossas crianças’. E a gente fala de uma forma na musicalização, lúdica, com contação de história, dependendo da faixa etária. E disse: ‘Que bom que vocês falam isso, porque eu fui abusada’. Então isso, às vezes, passa, vai passando de mãe para filha, vai passando de tia, de sobrinho, enfim as crianças vulneráveis. E nós, como sociedade civil, como autoridades, o que é que a gente está fazendo para não ser só palavras e, sim, ações? E daí, a questão é o reforço do encaminhamento dele e a questão da comissão Disque 100, tem que estar mais evidente na rede e o trabalho em rede também é muito importante. Saúde, educação, ação social tem que ser feito. Mais campanha nas mídias e responsabilizar as famílias. Olhe, isso é muito importante. Porque assim, enquanto escola, a gente faz a nossa parte, mas as famílias tentam jogar tudo para o ambiente escolar. E onde é que está tendo a responsabilidade familiar enquanto punição, enquanto chamada mesmo das autoridades, é você ter responsabilidade sobre o seu filho e não jogar só a responsabilidade para o ambiente escolar. Então eu deixo aqui a minha fala, que tem que responsabilizar as famílias também. Falo também em termo de ajuda com elas, às famílias, porque precisam de campanhas, precisam de diálogo, de escuta e eu acredito que as autoridades nessa comissão de frente, eu acredito que haverá resultados. Não vai ser agora, mas uma construção e que a gente possa dar as mãos e que a gente possa ter, sim, um olhar não omisso, mas que a gente abra a boca e fale. E que a gente possa também ter segurança, porque quando ele fala que recebe ameaça, não é só ele, é quem está lá nas escolas, nos CEMEIs, que a gente quando fala, a gente tenta proteger. A gente vai proteger a nossa vida, os nossos familiares, enquanto a proteção de uma criança. Então eu parablenizo a todos e que Deus abençoe”. **O Sr. Renato Lucena** disse: “Bom dia a todos e a todas, primeiramente quero saudar o amigo Piragibe Lucena, representando nosso colegiado daqui de João Pessoa, e parabenizar Eliza pela propositura, dizendo que política junta. A gente vê você e Marcos Henriques, aqui sentados, um do lado e outro do outro, mas com um objetivo só, que são nossas crianças e adolescentes, prioridade absoluta dentro da nossa Constituição. Fui contemplado pelas falas principalmente do amigo Piragibe que, quando traz a saúde mental para a pauta após o abuso, mostra que é prioridade, porque de fato estamos com essa ferida dentro do município de João Pessoa e dentro do estado da Paraíba. Não temos para



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

onde encaminhar, não temos espaço especializado, está superlotado, tem gente com agendamento para o próximo ano, para você ter ideia. Essa nossa ferida já foi pautada muitas vezes aqui, principalmente em audiências públicas da Frente Parlamentar, acho que foi Jailma que trouxe para cá. Trago a temática do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a toda criança o direito à dignidade, ao respeito e à proteção contra qualquer forma de violência, e isso inclui o mundo digital. Quando a gente fala do mundo digital, é algo novo para nós. Isso me preocupa também, sou pai de uma criança de sete anos e muitas vezes ela diz: ‘papai, posso assistir um vídeo?’, eu digo que sim, mas fico do lado dela. Semana passada eu estava assistindo um vídeo com ela e de repente aparece um anúncio, e não era qualquer anúncio, mas um com imagens bem pesadas. Eu disse: como é que estou assistindo um desenho e de repente aparece um anúncio dessa forma? Então a gente tem que ser vigilante de fato em todas as horas. Nós, enquanto Conselho Tutelar, já colocamos isso, mas trago mais uma vez que nossa saúde mental está afetada, porque muitas vezes a gente não sabe como agir naquela situação. Até um encaminhamento a gente faz, mesmo sabendo que aquilo não vai ser a solução. É urgente investir em políticas públicas de prevenção com campanhas educativas voltadas para escolas, famílias e comunidades. Quando eu trago isso, é porque já viemos de várias campanhas. Já passei por outros espaços da rede, já fui do governo, já fui da prefeitura e todos esses espaços eu consegui passar. Passei treze anos no bairro São José sendo educador social, vim da educação, sou oriundo da educação, conheço a sala de aula e estamos no mesmo debate, Dr.^a Soraya. Se estamos no mesmo debate é porque não tivemos solução. A gente debate trabalho infantil, debate abuso e exploração sexual, debate vários temas. E se continuamos debatendo é porque não houve solução, não houve política pública efetiva voltada para essa situação. Quando trazemos o abuso e a exploração sexual para o campo digital, vemos que o digital sempre existiu, como outros já trouxeram, mas trazemos o digital mais novo de saber como vamos lidar com isso. Trago inclusive uma proposta junto com o amigo Maxwell dentro do nosso colegiado para tentarmos, junto com vocês vereadores e com o Ministério Público, lidar com o digital de forma digital. Precisamos atingir o público digital. Precisamos trazer vereadores, a frente parlamentar, vocês têm equipamentos de imprensa e rede, e nesse caso do Hytalo Santos, partiu também de denúncia do nosso Conselho Norte. Acho que os mais afetados dentro das redes sociais fomos nós, do Conselho Tutelar. Se vocês olharem os comentários, dizem que não fazemos nada, que estamos aí só para ganhar dinheiro. Fomos taxados, apedrejados nos comentários. Quem foi mais apedrejado foi o Conselho Tutelar. E não existe de fato uma política pública que diga claramente qual é a nossa função. Nós não somos polícia, não somos investigadores. A sociedade não entende nossa função e nos apedreja de forma tão pesada que dificulta nosso trabalho. Vai chegar uma próxima campanha e como a gente vai bater na porta do povo. Para mim o pleito não era para existir, mas é muito pesado dizer que a gente não faz nada. Eu estou ameaçado de morte, tenho quatro boletins de ocorrência de pessoas que conheço da comunidade e que futuramente posso ir lá pedir o voto dela. Então eu provooco a Câmara e a frente parlamentar para que possam nos ajudar, enquanto rede, a fazer essa divulgação de forma digital. Já temos muitos panfletos, há quanto tempo faz que a gente entrega os panfletos? A rede de proteção produz panfletos, mas isso não atinge a sociedade, digo com propriedade, não vai. A gente vai gastar



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

dinheiro e não vai atingir a população. Assim, encerro afirmando o compromisso do Conselho Tutelar em continuar vigilante, acolhendo denúncias, orientando famílias e exigindo do poder público investimentos e estratégias afetivas, pois a proteção da infância e da adolescência não pode esperar. Termina com a frase que sempre digo: a prática é o critério da verdade. Não adianta discutirmos, Eliza, não adianta provocarmos a sociedade para uma audiência pública se não tivermos prática. Você é da base, sabe aonde chegar, e estamos aqui exatamente para isso, para dar as mãos e efetivar o que de fato precisa ser feito diariamente. Um cheiro no coração, que Deus ilumine a cada um, e parabéns”. **A Sr.^a Elza Regis** disse: “Quero cumprimentar a Mesa em nome da vereadora Eliza, cumprimentar Dr.^a Soraya, Piragibe, meu amigo Gerardo e o Dr. Rodrigues, com quem trabalhei no Núcleo da Infância. Eu me chamo Elza, trabalho no Fórum da Infância e no Núcleo da Infância. Estou aqui para dar algumas explicações sobre o Núcleo da Infância e falar de forma rápida, trazendo também uma ideia à Câmara Municipal sobre esta audiência pública de um tema tão importante que é o abuso e a exploração sexual e digital de crianças e adolescentes. Eu anotei algumas ideias porque fui chamada de repente e não tinha programado nada. A Defensoria Pública tem a missão institucional de proteger as crianças e adolescentes, cuidando do que está sendo necessário e envolvendo também os pais nesse processo de cuidado. Em relação à saúde mental, no Núcleo da Infância temos psicólogos que tratam dessa área e assistentes sociais que também ouvem os pais. É preciso que crianças e adolescentes sejam orientados sobre a distinção entre o toque carinhoso, o toque afetivo e o toque abusivo, compreendendo o que pode ou não ser tocado ou visto em seu corpo, para que conheçam, enfrentem e denunciem eventual violência sexual. As famílias precisam ser orientadas, os pais, as escolas também precisam. É importante que a gente passe nas escolas oferecendo orientação e instrução às crianças, e os pais devem ficar atentos aos amigos virtuais de seus filhos, garantindo proteção e deixando-os à vontade para falar sobre o que sentem. Além disso, a educação sexual é uma ferramenta eficaz de prevenção à violência sexual, indispensável para que os pais protejam seus filhos e para que os filhos aprendam a se auto proteger. A Defensoria Pública tem buscado atuar na prevenção e, em 2024, estivemos no Folião das Muriçoquinhas alertando pais e responsáveis sobre os riscos da exposição na internet. Concluo reafirmando que a Defensoria Pública está de portas abertas para o que for necessário em relação às crianças, adolescentes e suas famílias, sempre em busca de novas iniciativas em defesa da infância. Que esta audiência não seja apenas um encontro, mas o início de um compromisso permanente com a proteção, a prevenção e a promoção dos direitos de nossas crianças e adolescentes”. Ao final desta sessão, **a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia** relatou os seguintes encaminhamentos: “Vamos fazer de tudo e mais um pouco para colocarmos isso em prática e fazer acontecer. Não adianta encontros, não adiantam políticas públicas e legislações se ficam todas na prateleira. Como vocês viram, temos uma infinidade, centenas de leis, mas precisamos ver isso na prática. Muito obrigada a cada pessoa que esteve aqui para contribuir com este momento. Contem com o nosso mandato, contem com esta Casa, vocês viram que todos nós temos disposição para proteger nossas crianças. Que Deus abençoe e até o próximo encontro”. Nada mais havendo a tratar, às 12h36, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia declarou encerrada a presente sessão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa com base nos registros dos discursos proferidos, em arquivos de áudio e vídeo, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 10 dias do mês de setembro de 2025.

Vereadora Eliza Virgínia
PRESIDENTE

CÓPIA